

Dossiê

Redes sociais na mobilização política e mudança social na América Latina: protestos no Chile (2019-2020)

DOI: <https://doi.org/10.14244/agenda.2025.1.2>

 **Rodolfo Silva Marques**

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor da Universidade da Amazônia (UNAMA).

E-mail: rodolfo.smarques@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5855-0393>

 **Junior Ivan Bourscheid**

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

E-mail: junior.bourscheid@unila.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9550-2032>

 **Rodrigo Stumpf González**

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Departamento de Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS.

E-mail: rodrigo.stumpf@ufrgs.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5300-779X>

RESUMO: As redes sociais desempenham um papel central na comunicação política e na mobilização social na América Latina. Este artigo analisa como essas plataformas foram utilizadas durante os protestos no Chile (2019-2020) para romper o cerco midiático tradicional e impulsionar mudanças sociais. A partir de uma revisão de literatura e um estudo de caso, investiga-se a influência das redes sociais na organização dos protestos, na construção de narrativas alternativas e na resposta do governo. Os resultados indicam que, embora as redes tenham potencial para fomentar participação política, enfrentam desafios como a desinformação e a repressão digital, além do descompasso entre a mobilização fomentada pelas redes e os canais formais da institucionalidade democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação política; Redes sociais; Mobilização social.

Recebido em: 28/04/2025

Aprovado em: 15/01/2026



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

1 Introdução

A comunicação política tem desempenhado um papel central na organização de movimentos sociais e na promoção de mudanças políticas na América Latina. O advento das redes sociais revolucionou esse processo ao permitir novas formas de interação da cidadania entre si e para com o governo, ampliando a capacidade de mobilização e contestação política. Ao longo das últimas décadas, em especial os 20 primeiros anos deste século XXI, a região testemunhou uma série de protestos impulsionados pelo uso estratégico dessas plataformas digitais, que possibilitam a disseminação rápida de informações e a organização de manifestações em larga escala.

No contexto latino-americano, em que a concentração midiática (Domingues, 2021; Marques, 2020) tem sido historicamente um obstáculo à pluralidade informativa, as redes sociais (Gerbaudo, 2012) surgiram como um espaço alternativo para a construção de narrativas dissidentes. Diversos movimentos sociais passaram a utilizar esses meios para driblar o cerco midiático imposto pelos grandes conglomerados de comunicação, permitindo que pautas negligenciadas pela mídia tradicional ganhassem visibilidade e engajamento (Domingues, 2021; Marques, 2020).

O caso chileno (Carvalho, 2022), especialmente os protestos de 2019 e 2020, exemplifica a força das redes sociais (Gerbaudo, 2012) na organização e disseminação de discursos contestatórios à ordem política constituída. As manifestações, que tiveram como estopim o aumento da tarifa do transporte público, rapidamente se transformaram em um amplo movimento contestatório contra desigualdades estruturais e contra a herança da Constituição da “Era Pinochet”¹ (1973-1990). A mobilização digital foi crucial para a articulação dos protestos, demonstrando como a comunicação política nas redes sociais pode desafiar o status quo e fomentar mudanças significativas (Mendonça; Bustamante, 2020).

Ao longo do processo, plataformas como *Twitter* (hoje *X*), *Facebook* e *Instagram* foram utilizadas para compartilhar informações, coordenar atos e denunciar abusos cometidos pelas forças de segurança. A produção de conteúdo audiovisual por parte dos manifestantes foi essencial para sensibilizar a opinião pública nacional e internacional, posto que as grandes emissoras tradicionais, inicialmente, minimizaram a gravidade da crise social em curso. Tal estratégia evidenciou a ascensão de um novo modelo de ativismo político, no qual os próprios cidadãos e cidadãs se tornam produtores e disseminadores de informações (Vasconcelos; Coutinho, 2016).

Por outro lado, o uso das redes sociais (Gerbaudo, 2012) como ferramenta de mobilização também apresenta desafios e limitações. A disseminação de *fake news*, a polarização do debate político e a manipulação algorítmica são fatores que influenciam a dinâmica da comunicação digital e podem comprometer a credibilidade das informações compartilhadas (D’Ancona, 2018). Para além disso, governos autoritários têm explorado mecanismos de vigilância e repressão digital para conter protestos

¹ A ditadura do General Augusto Pinochet, no Chile, durou quase 17 anos (entre setembro de 1973 e março de 1990). Pinochet liderou um golpe militar que derrubou o então governo socialista de Salvador Allende. A ditadura foi marcada por violações de direitos humanos, repressão política e aliança com os Estados Unidos, ainda no contexto da Guerra Fria.

e criminalizar ativistas, o que reforça a necessidade de uma análise crítica sobre o impacto dessas plataformas na comunicação política (Moraes; Santos; Soza, 2022).

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo examinar o lugar das redes sociais na mobilização política e na mudança social na América Latina (Rivas; Párraga, 2020), tomando como caso de análise os protestos no Chile entre 2019 e 2020 (Faúndes, 2019). A pesquisa se justifica pela crescente importância das plataformas digitais no campo político contemporâneo e pelos desafios que elas impõem à democracia e aos direitos civis (Moisés, 2005).

No primeiro tópico de discussão, são explorados o conceito de comunicação política (Sarmiento; Massuchin; Mendonça, 2021) e seu impacto na América Latina, destacando a influência das redes sociais na construção do discurso político e na mobilização social (Gerbaudo, 2012; Penteadó; Cruz Junior, 2019). Depois, apresenta-se o desenho da pesquisa, a partir da perspectiva metodológica. Em seguida, apresenta-se o estudo de caso dos protestos no Chile (Carvalho, 2022), com foco no lugar das redes sociais na articulação das manifestações, na criação de contranarrativas e na resposta do governo. Na terceira seção, são discutidos os efeitos e consequências da mobilização digital, incluindo seus impactos políticos e sociais, bem como os desafios que acompanham o uso dessas tecnologias. E, antes das conclusões, há uma breve análise do Chile no período pós-protestos.

26

Há, pois, uma necessidade de compreender como as redes sociais (Rivas; Párraga, 2020) têm sido utilizadas como instrumentos de transformação política na América Latina e quais são seus limites e potencialidades nesse cenário. À medida que essas plataformas se consolidam como espaços privilegiados de comunicação política, torna-se fundamental investigar seus efeitos na sociedade e na democracia (Gomes; Dourado, 2019; Moisés, 2005), considerando tanto suas contribuições quanto seus riscos.

Dessa forma, ao examinar o caso chileno e sua relação com a comunicação política nas redes sociais (Penteadó; Cruz Junior, 2019), o artigo pretende oferecer uma visão ampla sobre os desafios e oportunidades que emergem, proporcionando subsídios para futuras pesquisas e para a formulação de políticas públicas voltadas à regulamentação e ao uso democrático dessas plataformas.

É possível reforçar, pois, que as redes sociais (Rivas; Párraga, 2020) têm desempenhado um lugar cada vez mais relevante na comunicação política e na mobilização social, especialmente em países da América Latina, onde a mídia tradicional é frequentemente controlada por grandes conglomerados com interesses políticos e econômicos específicos. Tais plataformas digitais possibilitam a disseminação rápida de informações, a organização de protestos (Faúndes, 2019) e a construção de narrativas alternativas, permitindo que grupos sociais historicamente marginalizados ampliem sua voz no debate público (Mendonça e Bustamante, 2020).

No caso do Chile (Carvalho, 2022), as redes foram fundamentais para a articulação das manifestações de 2019 e 2020, tornando-se um espaço crucial para a contestação do governo e a reivindicação de mudanças estruturais. Assim, compreender o impacto dessas plataformas na política contemporânea é essencial para avaliar seus potenciais e desafios na consolidação da democracia.

2 Desenho de pesquisa

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa (com caráter de estudo exploratório), combinando os métodos de revisão de literatura (Lycarião; Roque; Costa, 2023) e estudo de caso (Gomes Neto; Albuquerque; Silva, 2024). Essa opção metodológica se justifica pela necessidade de compreender fenômenos complexos, como a mobilização política nas redes sociais, a partir de múltiplas dimensões — comunicacional, política e sociológica.

A revisão de literatura permite situar o estudo dentro do campo da comunicação política latino-americana, fornecendo subsídios teóricos para interpretar o papel das plataformas digitais como espaços de contestação, organização e disputa simbólica. Já o estudo de caso dos protestos no Chile (2019-2020) possibilitou uma análise aprofundada das dinâmicas específicas desse contexto, considerando tanto a atuação dos manifestantes quanto as estratégias de controle informacional adotadas pelo Estado (Faúndes, 2019), alcançando subsídios para a compreender de alguns efeitos políticos e sociais das mobilizações surgidas do ambiente das redes sociais.

As fontes bibliográficas utilizadas na revisão de literatura abrangeram livros, artigos científicos e relatórios de pesquisa publicados entre 2005 e 2025, com foco nas temáticas de comunicação política, redes sociais, ativismo digital e democracia (Gomes e Dourado, 2019). São priorizadas obras de autores de referência no campo, como Castells (2013), Gerbaudo (2012), Mendonça e Bustamante (2020) e Domingues (2021), além de estudos recentes que abordam a relação entre tecnologia e mobilização social na América Latina (Rivas; Párraga, 2020; Alonso Peláez, 2025).

Os critérios de análise do estudo de caso foram definidos a partir de três eixos interpretativos: (1) o uso das redes sociais como ferramentas de mobilização e coordenação das manifestações; (2) a construção de contranarrativas digitais em oposição ao discurso midiático dominante (das mídias tradicionais); e (3) a resposta institucional e comunicacional do governo chileno diante da mobilização online.

Assim, a escolha pelo método qualitativo exploratório e pelo estudo de caso único está ancorada na compreensão de que os protestos chilenos de 2019-2020 representam um episódio paradigmático das transformações políticas impulsionadas pelas mídias sociais na América Latina. Essa estratégia metodológica permitiu observar o fenômeno em profundidade, sem a pretensão de generalização estatística, mas buscando inferências analíticas sobre o lugar das redes sociais na reconfiguração das relações entre cidadania, Estado e comunicação (considerando um contexto específico, o chileno). Assim, a combinação entre revisão de literatura e estudo de caso proporciona uma visão abrangente e crítica sobre os impactos das plataformas digitais na mobilização política contemporânea, reforçando o potencial do ativismo digital como objeto de pesquisa na área da comunicação política.

3 Comunicação política e redes sociais na América Latina

A comunicação política (Sarmiento; Massuchin; Mendonça, 2021) é um campo fundamental para a compreensão das dinâmicas democráticas e das transformações sociais. Trata-se de um mecanismo que envolve a troca de informações entre atores políticos, instituições governamentais, meios de comunicação e cidadãos, influenciando a formação da opinião pública e a tomada de decisão política. A comunicação política não se restringe ao período eleitoral, pois está presente nas interações cotidianas entre governantes e governados, nas campanhas de conscientização e nas manifestações públicas.

Há preocupação crescente com as distorções causadas pela interação criada pelas redes eletrônicas, fortalecendo a polarização das mensagens, fenômeno amplamente estudado nos Estados Unidos (Tripodi, 2022), não se limitando ao campo da política (Falcão; Souza, 2021).

Na América Latina, região em que os contextos políticos são frequentemente marcados por desigualdades sociais e instituições fragilizadas, a comunicação política desempenha um papel ainda mais relevante. Historicamente houve a dificuldade de acesso a meios de comunicação de massa escritos, como jornais e revistas, seja por fatores econômicos, seja pelo analfabetismo. Meios como o rádio e a televisão se tornaram as formas preferenciais de informação de massa, com maior capacidade de alcance, durante boa parte do século XX. Contudo, nas últimas décadas, eles vêm sendo substituídos por novas mídias – notadamente a internet, com seus *sites*, plataformas e redes sociais.

O histórico político da América Latina – em geral – foi marcado pela instabilidade, com oscilações entre regimes autoritários, golpes de Estado e processos democráticos instáveis e incipientes, o que torna o acesso à informação um fator essencial para o fortalecimento da participação cidadã. Assim, os meios de comunicação tradicionalmente exercem uma forte influência na formação do discurso público, muitas vezes alinhando-se a interesses políticos e econômicos específicos. Também deve ser considerado o papel das elites econômicas que em geral também dominavam os meios de comunicação de massa e dele se utilizaram para manter seu domínio (Domingues, 2021).

Com o avanço da digitalização e das redes sociais, a comunicação política passou por transformações significativas. As plataformas digitais proporcionaram um espaço alternativo para o debate público, descentralizando a produção e disseminação de informações. Isso permitiu que grupos marginalizados e movimentos sociais tivessem maior visibilidade e autonomia para pautar questões relevantes, sem a necessidade de intermediação dos meios de comunicação tradicionais.

A expansão do acesso à internet e a popularização das redes sociais na América Latina impactaram diretamente a forma como os cidadãos e as cidadãs se envolvem com questões políticas (Castells, 2013). A interatividade proporcionada por plataformas como *Facebook* e *Instagram* permitiu uma comunicação direta entre políticos e o eleitorado, reduzindo a dependência dos canais convencionais de informação. Essa dinâmica também favoreceu a rápida disseminação de discursos políticos, tornando mais dinâmica a forma pela qual a cidadania se mobiliza e engaja em causas sociais.

A digitalização da comunicação política também trouxe desafios, como a propagação de *fake news* e a manipulação de opinião através de algoritmos (D'Ancona, 2018). O uso estratégico das redes sociais por grupos políticos para disseminação de informações falsas ou tendenciosas se tornou um fenômeno comum, afetando processos eleitorais e a credibilidade das instituições democráticas. Esse cenário demonstra a necessidade de desenvolver mecanismos de regulação e educação midiática para fortalecer o uso responsável das redes sociais (Marques, 2020).

Nesse sentido, identifica-se que a América Latina tem uma história recente de mobilização política impulsionada pelo uso das redes sociais. No Brasil, as manifestações de 2013, por exemplo, foram organizadas em grande parte através do *Facebook* e do então *Twitter*, demonstrando o poder dessas plataformas na mobilização de massas (Mendonça, 2017).

Na Venezuela, as redes sociais se tornaram uma ferramenta de oposição ao governo de Nicolás Maduro (presidente entre março de 2013 e janeiro de 2026), permitindo a divulgação de protestos e a organização de manifestações contra a crise econômica e política. Esses fenômenos se intensificaram nas eleições presidenciais de 2024, onde grupos organizados em redes sociais atuaram promovendo as candidaturas opositoras, denunciaram o autoritarismo governamental e a crise econômica vivenciada pelo país, e atuaram junto à diáspora venezuelana para apresentar à opinião pública internacional sua concepção da realidade política, econômica e social venezuelana (Peláez, 2025).

29 No México, as redes sociais também tiveram papel fundamental no movimento *Yo Soy 132*, que surgiu em 2012 como uma reação estudantil contra a cobertura midiática tradicional tendenciosa das eleições presidenciais. O movimento rapidamente ganhou força, mobilizando milhares de pessoas por meio do compartilhamento de informações online e a transmissão de manifestações ao vivo. É neste sentido que Rivera Hernández (2014) afirma que tal movimento conseguiu transplantar a mobilização das redes para as ruas, apresentando novas formas de relação da cidadania com o seu regime político, superando os canais tradicionais representativos e a opinião pública convencional fomentada pelos meios de comunicação convencionais de massa.

Outro caso relevante foi o da Argentina, onde as redes sociais foram utilizadas para impulsionar protestos feministas, como o movimento *Ni Una Menos*, que em 2015 denunciou a violência de gênero e mobilizou a sociedade para exigir mudanças nas políticas públicas de proteção às mulheres. “*Un tuit encendió la llama*”, e com isso as duas principais redes utilizadas para propagar a mobilização (que foram o *Twitter* e o *Facebook*) resultaram na maior mobilização conjunta de mulheres com pautas feministas na Argentina até então, com cerca de 400.000 pessoas manifestando-se nas ruas em 239 localidades distribuídas pelo território nacional (Laudano, 2019).

Diante dessas experiências, é possível observar que as redes sociais desempenham um papel crucial na política latino-americana contemporânea, funcionando tanto como espaço de organização popular quanto como ferramenta de enfrentamento ao monopólio da informação. Embora apresentem desafios e riscos, essas plataformas têm demonstrado sua eficácia na ampliação do debate público e na mobilização para mudanças estruturais.

Assim, compreender a relação entre comunicação política e redes sociais na América Latina é essencial para avaliar as novas dinâmicas de mobilização social e suas consequências para a democracia (Gomes; Dourado, 2019). A digitalização trouxe desafios e oportunidades, tornando-se um elemento central nas disputas políticas e no fortalecimento da participação cidadã.

4 Estudo de caso: os protestos no Chile (2019-2020)

4.1 Antecedentes da crise e dos protestos

Se observarmos os principais indicadores de qualidade da democracia e alguns dos principais dados macroeconômicos da realidade chilena durante a redemocratização (especialmente a partir de 1990) veremos que os dados constroem um ambiente de estabilidade e inserção nas dinâmicas do modelo hegemônico então vigente no sistema internacional (a democracia liberal-representativa capitalista com centro nos Estados Unidos). Isso posicionou o Chile como um “modelo de democracia funcional” na América Latina, juntamente com os dois casos mais exitosos, nesse sentido, o Uruguai e a Costa Rica (Jiménez; Rates, 2015).

Contudo, apesar dos resultados positivos em indicadores de crescimento econômico, estabilidade macroeconômica e qualidade institucional (a democracia formal ou procedimental), a realidade socioeconômica chilena parecia estar encobrendo as persistentes desigualdades e a crescente insatisfação da população, especialmente a mais jovem (Jiménez; Rates, 2015).

Isso seria uma possível consequência da manutenção das bases do modelo *pinochetista*: a Constituição política (1980), criada sob o âmbito do regime ditatorial de Pinochet e que buscava institucionalizar a ordem autoritária então vigente, e o modelo econômico neoliberal, baseado na abertura econômica, cortes de gastos e redução do papel estatal ao mínimo, desregulamentação, financeirização, em suma, a superação do modelo nacional-desenvolvimentista por um modelo mais adaptado aos novos rumos da economia globalizada de fins do século XX e início do XXI (o Chile sendo inclusive o principal modelo inicial de aplicação das medidas neoliberais que posteriormente seriam hegemônicas na América Latina pós-1989).

Tal manutenção das bases socioeconômicas e políticas do modelo chileno ocorreu paralelamente à marcada alternância política no Executivo nacional chileno (Jiménez; Rates, 2015): entre 1990 e 2010 a Concertación Nacional de Partidos por la Democracia (ou apenas Concertación) que unia a centro-esquerda e a democracia cristã chilena comandou o Executivo Nacional (inclusive com o mandato da socialista Michelle Bachelet entre 2006 e 2010); a Concertación perdeu para a coalizão de direita Renovación Nacional em 2010, com Sebastián Piñera exercendo o mandato de 2010-2014; em 2014 a centro-esquerda progressista volta ao poder com Michelle Bachelet; a direita retoma o poder em 2018, novamente com Sebastián Piñera; e a centro-esquerda recupera o executivo nacional em 2022 com Gabriel Boric.

Essa alternância política entre a direita neoliberal e a centro-esquerda progressista, mantendo as bases do modelo, contribui para gerar a sensação de que os canais políticos convencionais eram insuficientes para impulsionar mudanças sociais. De acordo com Jiménez e Rates (2015), a democracia liberal-representativa chilena continuava estável pois utilizava-se dos expedientes constitucionais (legal-institucionais) para reprimir e rechaçar as mobilizações críticas e contestatórias. Isso fazia que a manutenção da ordem fosse prioridade em relação à mobilização social e as respostas às demandas levantadas nos protestos e mobilizações (Moraes, Santos; Soza, 2022). Nesse sentido, as autoras afirmam:

Los gobiernos democráticos han privilegiado la democracia procedimental y la participación por medio de las urnas, a la vez que ha reprimido las diversas manifestaciones contra el orden político, social, económico y étnico y criminalizado las supuestas amenazas a la gobernabilidad. En este sentido, se puede plantear que la violencia política represiva ha sido un estilo de gobernar presente en la historia del país desde los orígenes de la república y que conforma una cultura política que ha socavado las posibilidades de mejorar la calidad de la democracia chilena en el corto plazo, más allá de las visiones mínimas sobre la misma (Jiménez; Rates, 2015: 87).

31

As autoras afirmam que a estabilidade institucional chilena, frequentemente destacada pelos principais indicadores de qualidade da democracia, mantém vínculos com a herança autoritária presente desde a fundação do Estado e em toda a sua evolução. Assim, a ditadura pinochetista não seria uma exceção, mas um desenvolvimento específico dessa tradição, com traços próprios e ênfase em lideranças fortes e na subordinação da sociedade civil. As cicatrizes da repressão violenta e sistemática desse período ainda se refletem na delicada relação entre ordem e mobilização social.

La dictadura y su concepción de orden social impuesto a través de la persecución y el asesinato político castraron a la sociedad civil chilena. Esta estrategia no se desechó en los gobiernos democráticos posteriores, los que han desincentivado y reprimido la movilización social argumentando que representan un riesgo para la gobernabilidad y, por ende, para el sustento del sistema democrático vigente. Lo anterior refleja que en Chile el orden se antepone a los derechos fundamentales de los ciudadanos, como es la libertad de expresión y manifestación (Jiménez; Rates, 2015: 87).

Tal modo de atuação e seu respaldo retórico e institucional são ratificados pelo empresariado (nacional e internacional), pelas principais instituições religiosas (com forte influência na sociedade), pelo poder judiciário e pelos grandes meios de comunicação tradicionais, tornando-se a visão hegemônica sobre a relação entre Estado e sociedade civil, especialmente nos momentos de mobilização social e protestos.

Uma experiência prévia de mobilização social ocorreu entre abril e junho de 2006, com as manifestações estudantis conhecidas como Revolução dos Pinguins – assim chamadas pelo uniforme

escolar dos participantes. Os protestos, contrários à privatização do ensino, permitiram observar o *modus operandi* do modelo hegemônico e pressionaram o recém-iniciado governo de Michelle Bachelet (Partido Socialista) a priorizar a manutenção da ordem.

Isso verificou-se ainda mais quando os protestos se desenvolveram e viraram protestos em geral contra o modelo hegemônico, com eventos de violência e depredação, e a consequente dura e violenta repressão estatal (Jiménez; Rates, 2015). Uma diferença fundamental entre os protestos de 2006 e os de 2019-2020 é o uso das redes sociais, haja visto que nos protestos de 2006 a internet ainda estava popularizando-se e as redes sociais existentes eram menores e de alcance mais restrito.

4.2 Os protestos

Os protestos no Chile, entre 2019 e 2020, representaram um dos momentos mais significativos da mobilização social na América Latina nos últimos anos. O aumento da tarifa do metrô em Santiago, capital chilena, foi apenas o gatilho para um movimento mais amplo, que refletia um descontentamento profundo com o sistema socioeconômico do país, considerando-se, pelo menos, os 30 anos anteriores. Desde a redemocratização, o Chile permaneceu com uma estrutura econômica fortemente baseada no modelo neoliberal, herdado da ditadura de Augusto Pinochet, o que resultou em altos níveis de desigualdade social e insatisfação popular.

Imagem 1 – Foto, de autoria de Susana Hidalgo de manifestante com bandeira Mapuche no topo de estátua militar em Santiago se tornou símbolo dos protestos no Chile por reformas sociais



33

Fonte: Foto de Susana Hidalgo, reproduzida em reportagem da BBC. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50229216>. Acesso em: 20 mar.2025.

O contexto histórico dos protestos remonta a décadas de privatizações, políticas de austeridade e exclusão social. O modelo econômico chileno, apesar de garantir algum nível de estabilidade macroeconômica, gerou profundas disparidades na distribuição de recursos. A população, sobretudo os jovens e trabalhadores de baixa renda, enfrentava dificuldades para acessar serviços básicos como saúde, educação e previdência. O lema “Não são 30 pesos, são 30 anos” sintetizou o sentimento de frustração acumulado ao longo de três décadas de desigualdades estruturais.

Diante disso, as redes sociais assumiram um lugar fundamental na organização e difusão dos protestos no Chile. Plataformas digitais como *Facebook*, *X* (antigo *Twitter*) e *WhatsApp* foram amplamente utilizadas pelos manifestantes para coordenar atos, compartilhar denúncias de violações de direitos humanos e conferir visibilidade internacional ao movimento (Gerbaudo, 2012; Rivas; Párraga, 2020). A descentralização proporcionada por essas ferramentas digitais permitiu que distintos setores da sociedade civil se mobilizassem de forma autônoma, sem a necessidade de mediação por

lideranças políticas tradicionais ou estruturas sindicais estabelecidas, reforçando a capacidade de articulação espontânea das manifestações (Vasconcelos Filho; Coutinho, 2016).

A disseminação de informações em tempo real constituiu um dos fatores determinantes para a adesão massiva da população. Imagens e vídeos que documentavam a repressão violenta das forças de segurança circularam amplamente pelas redes sociais, provocando um sentimento generalizado de indignação e ampliando os vínculos de solidariedade entre os manifestantes (Castells, 2013; Faúndes, 2019).

A viralização de hashtags como *#ChileDespertó* e *#NoSon30PesosSon30Años* foi crucial para a construção de uma narrativa coletiva capaz de sintetizar as principais reivindicações populares, além de fortalecer a identidade política do movimento ao situá-lo dentro de um contexto mais amplo de contestação social e crítica ao modelo neoliberal vigente (Mendonça; Bustamante, 2020).

Além da função de organização das manifestações, as redes sociais desempenharam um papel estratégico na construção de narrativas alternativas aos discursos veiculados pela mídia tradicional. Enquanto os grandes veículos de comunicação, frequentemente alinhados aos interesses do governo e das elites econômicas (Domingues, 2021; Marques, 2020), enquadravam os protestos como episódios de vandalismo e desordem pública — reafirmando a primazia da ordem em detrimento dos direitos civis e sociais (Jiménez; Rates, 2015) —, os manifestantes recorreram às plataformas digitais para divulgar uma versão dissidente dos acontecimentos. A produção e circulação de vídeos, testemunhos diretos e transmissões ao vivo permitiram à sociedade acessar perspectivas alternativas sobre a mobilização, desafiando a narrativa hegemônica e reforçando a legitimidade das reivindicações populares (Rivas; Parrágu, 2020; Vasconcelos Filho; Coutinho, 2016).

A resposta do governo chileno às mobilizações foi marcada por tentativas de repressão e controle da informação. O então presidente Sebastián Piñera² declarou estado de emergência e acionou os militares para conter os protestos, algo que não ocorria desde a ditadura.

A grande mídia chilena (aqui caracterizada como tradicional) também teve um papel controverso durante a crise. Muitos veículos adotaram um discurso alinhado ao governo, enfatizando os casos de violência e depredação, enquanto minimizavam as denúncias de abusos por parte das forças de segurança (mantendo a polarização dual entre ordem e mobilização social). Esse comportamento reforçou a percepção de que as redes sociais eram o único espaço onde os manifestantes poderiam expor sua versão dos fatos sem a interferência dos interesses da elite política e econômica.

Apesar da repressão, a mobilização digital se manteve ativa e foi decisiva para a conquista de uma das principais vitórias políticas do movimento: a convocação de um plebiscito para questionar a continuidade da Constituição de 1980 ou a redação de uma nova Constituição (cujo cenário ainda será analisado nas próximas seções). Esse desdobramento representou uma resposta direta às demandas populares e demonstrou o potencial das redes sociais como ferramentas de transformação política na América Latina.

² Miguel Juan Sebastián Piñera Echenique foi um empresário e político chileno. Presidiu o Chile por dois mandatos, entre 2010 e 2014 e entre 2018 e 2022. Faleceu em 2024, em um acidente aéreo.

O caso chileno evidencia a dualidade das redes sociais na política contemporânea. Se, por um lado, elas foram essenciais para a organização e visibilidade dos protestos, por outro, também foram palco para a disseminação de *fake news* e tentativas de manipulação da opinião pública. O uso de *bots* e perfis falsos por parte de setores governamentais e grupos de interesse demonstrou como o ambiente digital pode ser um campo de disputa acirrada pela construção da verdade (e suas versões).

Os protestos no Chile entre 2019 e 2020 mostraram que a comunicação política digital é um fator determinante na dinâmica dos movimentos sociais contemporâneos. A mobilização online permitiu não apenas a articulação dos protestos, mas também a construção de uma consciência coletiva sobre a necessidade de mudanças estruturais (Tarrow, 2009).

O cenário descrito ilustra, portanto, o argumento de que as redes sociais podem funcionar como espaços de contestação e resistência, especialmente em contextos em que os meios de comunicação tradicionais são dominados por elites políticas e econômicas. Podemos sintetizar os protestos no Chile de 2019-2020 através do quadro 1:

Quadro 1 – Resumo dos protestos no Chile (2019–2020)

Categoria analisada	Descrição
Gatilho	<ul style="list-style-type: none">• Aumento da tarifa do metrô em Santiago (30 pesos chilenos)
Causas profundas	<ul style="list-style-type: none">• Modelo hegemônico neoliberal herdado da ditadura de Pinochet• Desigualdade social• Privatizações excessivas• Dificuldade de acesso a serviços básicos (educação, saúde, previdência)
Frase-síntese do movimento	<ul style="list-style-type: none">• “Não são 30 pesos, são 30 anos” — denúncia da desigualdade acumulada ao longo de três décadas.
Principais atores	<ul style="list-style-type: none">• Jovens, trabalhadores de baixa renda, movimentos sociais, cidadãos não organizados politicamente.
Demandas principais	<ul style="list-style-type: none">• Justiça social, reformas estruturais, nova Constituição e fim da repressão policial
Uso das redes sociais	<ul style="list-style-type: none">• Organização de protestos (<i>Facebook</i>, <i>WhatsApp</i>, <i>X</i> (ex-<i>Twitter</i>))• Denúncias em tempo real• Construção de narrativas alternativas• Engajamento coletivo por <i>hashtags</i> (<i>#ChileDespertó</i>)
Resposta do Estado	<ul style="list-style-type: none">• Estado de emergência• Ação militar nas ruas e repressão policial
Mídia tradicional	<ul style="list-style-type: none">• Enfatizou a violência e o vandalismo• Ignorou ou minimizou abusos policiais• Alinhamento com o discurso oficial do governo• Alinhamento com o modelo hegemônico
Resultado político	<ul style="list-style-type: none">• Convocação de um plebiscito para questionar a elaboração de uma nova Constituição
Desafios e contradições	<ul style="list-style-type: none">• Disseminação de <i>fake news</i>• Uso de <i>bots</i> e perfis falsos por grupos de interesse• Disputa narrativa no ambiente digital

Fonte: autoria própria

5 Efeitos e consequências da mobilização digital

Os protestos no Chile entre 2019 e 2020 demonstraram como a mobilização digital pode ter impactos significativos na sociedade e na política. A pressão popular organizada por meio das redes sociais resultou em mudanças concretas, como a convocação do plebiscito para questionar a necessidade de elaboração de uma nova Constituição. Esse fato evidenciou o potencial das plataformas digitais como ferramentas de participação política, permitindo que vozes historicamente marginalizadas tivessem um espaço alternativo para reivindicações, tensionando os canais tradicionais de participação política das democracias liberal-representativas.

Além do impacto institucional, a mobilização digital teve consequências no fortalecimento da consciência política da população. O amplo debate nas redes sociais estimulou uma maior participação cívica, levando milhões de chilenos às urnas no plebiscito constitucional, embora a participação ainda tenha seguido próximo de apenas 50%. Esse engajamento também se refletiu no crescimento de novos movimentos sociais e na reconfiguração do cenário político do país, com o surgimento de lideranças mais conectadas às demandas populares.

36 No entanto, as redes sociais também apresentaram desafios e limitações no processo de mobilização social. A desinformação e a propagação de *fake news* foram obstáculos significativos durante os protestos, sendo utilizadas tanto por grupos contrários ao movimento quanto por setores governamentais. Campanhas de descredibilização tentaram associar os manifestantes a atos criminosos, minando a legitimidade do movimento. Esse fenômeno ilustra os riscos da comunicação digital em ambientes polarizados.

Outro desafio foi a efemeridade da mobilização digital. Embora as redes sociais sejam eficazes na organização de protestos e na disseminação de informações, sua natureza dinâmica pode dificultar a manutenção do engajamento a longo prazo. Muitos movimentos que ganham força rapidamente podem perder impulso com a mesma velocidade, especialmente quando enfrentam repressão estatal ou campanhas de contranarrativa promovidas por meios tradicionais de comunicação.

Isso sinaliza para as limitações advindas da pluralidade de pautas presentes nas mobilizações e da dificuldade de transformar essa mobilização em demandas apresentadas ao sistema político. Portanto, quando os representantes do sistema político recebem as demandas das mobilizações sociais, elas são difusas, dificultando as respostas e levando à priorização de demandas vinculadas aos objetivos e interesses dos grupos políticos no poder. Em síntese, observa-se uma limitação para transformar as mobilizações sociais (gestadas e fomentadas pelas redes sociais) em mudanças através dos canais convencionais da institucionalidade democrática (através do modelo liberal-representativo vigente).

Os protestos no Chile também revelaram a emergência de uma nova esfera pública digital, caracterizada pela descentralização das vozes e pela erosão dos intermediários tradicionais da comunicação política. Essa dinâmica se alinha ao que autores como Castells (2013) descrevem como uma “autocomunicação de massas”, na qual indivíduos e coletivos constroem seus próprios canais de

difusão e debate. Nesse sentido, o movimento chileno configurou um campo de disputa simbólica em que as narrativas de poder foram contestadas por discursos alternativos produzidos de forma colaborativa e horizontal. Tal transformação reforça a importância das plataformas digitais não apenas como instrumentos de mobilização, mas também como arenas de construção discursiva e de redefinição dos sentidos de cidadania e representação.

Outro aspecto crucial refere-se à capacidade das redes sociais de promover processos de politização cotidiana. Ao ampliar o acesso à informação e favorecer o engajamento em debates públicos, essas plataformas contribuíram para uma socialização política mais difusa, em que o aprendizado cívico se dá através de interações digitais e práticas comunicativas horizontais (Lycarião; Roque; Costa, 2023). Contudo, essa nova forma de participação é marcada por tensões entre engajamento e volatilidade, uma vez que a exposição constante a fluxos informacionais contraditórios pode tanto fortalecer a consciência crítica quanto gerar fadiga e desmobilização. Assim, os protestos chilenos demonstram que o ativismo digital é, simultaneamente, um campo de potencial emancipatório e de vulnerabilidade diante das dinâmicas algorítmicas e da lógica de consumo de informação própria do capitalismo de plataforma.

A experiência chilena pode ser comparada a outros casos de mobilização digital na América Latina. No Brasil, as jornadas de junho de 2013 (Mendonça, 2017) também foram impulsionadas pelas redes sociais, inicialmente contra o aumento da tarifa do transporte público, mas posteriormente abrangendo uma série de reivindicações políticas. Assim como no Chile, o movimento brasileiro demonstrou o poder de articulação digital, mas também enfrentou desafios relacionados à fragmentação e à instrumentalização política do descontentamento popular.

Na Bolívia, a mobilização digital teve papel crucial na contestação dos resultados eleitorais de 2019, levando à renúncia do então presidente Evo Morales. As redes sociais serviram como espaço para denúncias de supostas fraudes e para a coordenação de protestos, evidenciando tanto seu potencial de influência quanto os riscos de manipulação por interesses políticos diversos. Esses casos reforçam a dualidade da comunicação digital como ferramenta de democratização e como instrumento de desestabilização política.

Os protestos no Chile também expuseram a necessidade de regulamentação e transparência no uso das redes sociais para fins políticos. A atuação de algoritmos e a disseminação de informações direcionadas podem amplificar determinadas narrativas em detrimento de outras, influenciando a percepção da opinião pública. A ausência de políticas eficazes para combater a desinformação continua sendo um desafio global, que se manifesta de forma acentuada na América Latina devido à fragilidade institucional de alguns países, e mesmo no caso chileno, onde os indicadores de qualidade democrática são melhores, essa realidade foi observada.

Outro aspecto importante foi o impacto internacional da mobilização digital chilena. A ampla cobertura dos protestos por veículos alternativos e mídias independentes fortaleceu a solidariedade entre movimentos sociais de diferentes países. Manifestações de apoio ao povo chileno surgiram em

diversas partes do mundo, mostrando como a comunicação digital pode transcender fronteiras e estimular a formação de redes globais de ativismo.

O legado dos protestos no Chile destaca a importância das redes sociais como espaços de disputa política e construção de alternativas ao discurso hegemônico. No entanto, também evidencia a necessidade de desenvolver estratégias para garantir que esses espaços permaneçam acessíveis, democráticos e protegidos contra a manipulação. A educação digital e o fortalecimento da mídia independente surgem como caminhos para enfrentar os desafios da mobilização online.

Em síntese, a mobilização digital no Chile entre 2019 e 2020 teve impactos profundos, tanto no âmbito político quanto no fortalecimento da participação cidadã. Apesar das limitações e desafios, os protestos demonstraram o potencial das redes sociais para impulsionar mudanças estruturais. Esse caso reforça a necessidade de um debate contínuo sobre o lugar das plataformas digitais na democracia e sua capacidade de transformar realidades sociais.

6 O momento pós-protestos e o Chile de 2025

38

O efeito mais imediato da mobilização social foi a resposta institucional do governo Piñera (para além da repressão estatal durante o processo de mobilização): a convocação de um plebiscito para questionar a população sobre a mudança da Constituição de 1980 (relembrando, da ditadura *pinochetista*). Mais de 80% dos eleitores que votaram no plebiscito em 2020 sinalizaram que queriam uma nova constituição (BBC, 2023). A problemática estava em qual seria o caminho a ser seguido pelo novo texto constitucional em uma sociedade que seguia convivendo com o modelo hegemônico socioeconômico e político.

Um segundo efeito foi uma nova alternância política, com a derrota do candidato da direita (José Antonio Kast) para a centro-esquerda progressista (Gabriel Boric), com uma campanha que buscou capitalizar a insatisfação popular das manifestações e levar adiante várias pautas ali levantadas, especialmente vinculadas às minorias da sociedade chilena.

Houve a conformação da Assembleia Constituinte, que devido à fragmentação política e de pautas, dificultou o avanço na definição de uma nova constituição. Essa desarticulação contribuiu para não se ter uma nova carta constitucional progressista, como era o mote dos protestos. A proposta liderada por setores independentes e progressistas foi submetida à plebiscito em 2022 e rejeitada pela maioria dos eleitores (62%). A direita, por sua parte, tentou submeter o seu texto constitucional em novo plebiscito em 2023, sendo também rejeitado pela maioria do eleitorado participante (55,76%) (BBC, 2023).

De tal modo, institucionalmente a democracia chilena ainda não conseguiu dar uma resposta às demandas levantadas nas mobilizações sociais de 2019-2020. Isso reflete a dificuldade de transformação das mobilizações sociais a partir das redes sociais em respostas institucionais da democracia liberal-representativa. Tanto a relação entre os dois campos ainda não resultou em respostas às demandas, quanto a multiplicidade de pautas levantadas nos protestos dificulta a

construção de um caminho através da institucionalidade democrática para responder à insatisfação popular.

A participação eleitoral no plebiscito de 2020 (50,98% de participação), bem como os números observados nas eleições presidenciais de 2021 (47,33% no primeiro turno e 55,64% no segundo turno), seguem uma tendência de apenas cerca de metade do eleitorado habilitado exercer seu direito ao voto, sinalizando para o afastamento dos mecanismos do modelo vigente com relação aos representados. No referendo constitucional de 2022 foi reinstituído o voto obrigatório, como uma tentativa de reaproximar o eleitorado de seu regime político, incrementando significativamente os resultados da participação (registrando 85,84% de participação do eleitorado habilitado).

Ademais, embora a maioria absoluta do eleitorado votante tenha afirmado querer uma nova constituição em 2020, nem a proposta progressista e nem a proposta da direita conseguiram convencer a maioria dos votantes. As mobilizações conseguiram pressionar o modelo hegemônico por adaptações, mas não conseguiram, até o momento, gerar consenso (ou maioria) sobre qual caminho o modelo socioeconômico e político chileno deve seguir.

7 Conclusão

39

Os protestos ocorridos no Chile entre 2019 e 2020 foram impulsionados por um intenso descontentamento popular diante das persistentes desigualdades sociais, das deficiências do sistema previdenciário e do elevado custo de vida. Nesse contexto, as redes sociais desempenharam um papel central no processo de mobilização social, configurando-se como instrumentos fundamentais para a disseminação de informações, a convocação de manifestações e a veiculação de denúncias relativas a abusos cometidos pelas forças de segurança.

O ambiente digital constituiu-se, assim, em um espaço de resistência simbólica e política, que permitiu a diferentes segmentos sociais organizarem-se de forma ágil e expressarem suas reivindicações de maneira autônoma, à margem do controle exercido pelas estruturas tradicionais de comunicação.

A descentralização da informação, propiciada pelas plataformas digitais, desafiou diretamente a narrativa oficial do Estado e dos meios de comunicação hegemônicos (caracterizados neste trabalho como tradicionais e convencionais). Enquanto a mídia convencional buscava enquadrar as mobilizações como episódios de vandalismo ou de desordem pública, os cidadãos e cidadãs recorreram às redes para divulgar registros das manifestações e das ações repressivas das forças policiais. Recursos como vídeos e transmissões ao vivo tornaram-se instrumentos poderosos na construção de discursos contra-hegemônicos, contribuindo para ampliar a visibilidade internacional das demandas sociais chilenas.

Além de favorecer a organização e a circulação de informações, as redes sociais também desempenharam papel relevante na formação de uma identidade coletiva entre os e as manifestantes. *Hashtags* como *#ChileDespertó* converteram-se em símbolos de uma consciência social emergente, sintetizando o sentimento de insatisfação popular e articulando múltiplas pautas sob um mesmo ideal

de transformação. Essa dinâmica conectou o movimento chileno a processos globais de contestação ao neoliberalismo e à precarização dos direitos sociais.

Entretanto, o uso dessas plataformas também revelou desafios significativos. A disseminação de desinformação e de *fake news* foi expressiva, sendo utilizada tanto para acirrar tensões quanto para deslegitimar o movimento social (fazendo a oposição narrativa entre ordem e mobilização social). A atuação de perfis falsos e bots intensificou a polarização política e dificultou a distinção entre fatos e manipulações midiáticas. Ademais, o governo chileno recorreu a mecanismos de controle da narrativa pública durante os momentos mais críticos das mobilizações, a partir das mídias tradicionais.

Apesar dessas adversidades, a mobilização digital exerceu influência decisiva sobre a agenda política do país, culminando na convocação de um plebiscito destinado a consultar a população acerca da elaboração de uma nova Constituição – um marco histórico que evidenciou o potencial das redes sociais na promoção de transformações políticas e institucionais.

Todavia, até o presente momento, não se consolidou um consenso nacional em torno do modelo constitucional ou das prioridades que deveriam nortear o novo texto. Tanto a proposta progressista quanto a proposta de orientação conservadora foram rejeitadas pela maioria do eleitorado. Assim, embora as mobilizações tenham exposto de forma contundente as tensões inerentes ao modelo neoliberal e às limitações da democracia liberal-representativa, as respostas institucionais permanecem fragmentadas e aquém das demandas expressas nas ruas.

Em síntese, os protestos chilenos de 2019-2020 demonstraram o notável potencial das redes sociais enquanto catalisadoras de processos de mudança social. Apesar dos riscos associados à desinformação e à manipulação digital, tais plataformas revelaram-se essenciais para a mobilização cidadã, a ampliação da consciência política e a articulação de demandas coletivas. Dessa forma, o caso chileno evidencia que, em sociedades fortemente conectadas, o ativismo digital constitui um componente indispensável da luta por direitos e do fortalecimento da participação democrática.

8 Referências

ALONSO PELÁEZ, I. L. Los medios sociales y la participación política de la oposición venezolana en las elecciones presidenciales de 2024. **RAE-IC, Revista de la Asociación Española de Investigación de la Comunicación**, vol. 12, núm. 23, 2025.

BBC, 2023. **Chile rejeita projeto de constituição liderado pela direita**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cd1mezr30eyo>. Acesso em: 21 abr. 2025.

BBC, 2019. **'O Chile acordou': autora da foto viral que marcou protestos conta o que sentiu ao capturar imagem** – Foto de Susana Hidalgo, reproduzida em reportagem da BBC. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50229216>. Acesso em: 20 mar.2025.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Zahar, 2013.

CARVALHO, D. S. de. Chile: Uma Volta ao Passado? Os protestos de 2019-2020 e o balanço histórico entre os governos de Pinochet e Piñera. **Revista Horizontes Históricos** [online] / São Cristóvão (SE), vol. 5, n. 2, ago./2022 – dez./2022.

D'ANCONA, M. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news**. 1. ed. São Paulo: Faro Editorial, 2018.

DOMINGUES, J. **O Espectro Autoritário: Como a Concentração de Mídia Fragiliza a Democracia**. Curitiba: Appris, 2021.

FALCÃO, P; SOUZA, A. B. de. Pandemia de desinformação: as fake news no contexto da Covid-19 no Brasil. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 15, n. 1, 2021.

FAÚNDES, J. Chile despertó: El modelo chileno, la matriz de desigualdad y la protesta de 2019. **Crítica y Resistencias: revista de conflictos sociales latinoamericanos**, n. 09, pp. 54-69, 2019.

41 GERBAUDO, P. **Tweets and the Streets: Social Media and Contemporary Activism**. Pluto Press, 2012.

GOMES, W. da S; DOURADO, T. Fake news: um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 33-45, jul./dez. 2019.

GOMES NETO, J. M. W; ALBUQUERQUE, R. B. de; SILVA, R. F. da. **Estudos de caso: manual para a pesquisa empírica qualitativa**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2024.

JIMÉNEZ, J. D.; RATES, M. S. Chile, una democracia represiva: ¿Herencia de la dictadura o tradición republicana? **Sociedade e Cultura**, v. 18, n. 2, Jul/dez 2015, pp. 79-89.

LAUDANO, C. #Ni una menos en Argentina: Activismo digital y estrategias feministas contra la violencia hacia las mujeres. En: NATHANSOHN, G.; ROVETTO, F. (Orgs.). **Internet e feminismos: olhares sobre violências sexistas desde América Latina**. Salvador: EDUFBA, 2019, pp. 149-173.

LYCARIÃO, D.; ROQUE, R.; COSTA, D. Revisão Sistemática de Literatura e Análise de Conteúdo na Área da Comunicação e Informação: o problema da confiabilidade e como resolvê-lo. **Transinformação**, 35, 2023.

MARQUES, R. S. **A Mídia Sob o Império da Lei**: Políticas de Regulação dos Meios de Comunicação no Brasil e na Argentina no Século XXI. Curitiba: Editora Appris, 2020.

MORAES, T. P. B. de; SANTOS, R. M.; SOZA, P. T. P. Protestos no Chile (2019): como foram as buscas no YouTube e no Google Notícias? **Revista Ciências Humanas – UNITAU**, Taubaté, v. 15, e31, 2022.

MENDONÇA, R. F.; BUSTAMANTE, M. Back to the Future: Changing Repertoire in Contemporary Protests. **Bulletin of Latin American Research**, v. 39, n. 5, pp. 1-15, 2020.

MENDONÇA, R. F. Singularidade e Identidade nas Manifestações de 2013. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 66, pp. 130-159, 2017.

MOISÉS, J. A. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião Pública**, v. 11, n. 1, p. 33-63. controle social, 2005.

PENTEADO, C. L. de C.; CRUZ JUNIOR, B. G. Ação política na internet na era das redes sociais. **Ponto-e-Vírgula**. Nº 26 - Segundo Semestre de 2019 - p. 109-122.

42

RIVAS, R. E. R.; PÁRRAGA, N. R. Periodismo, redes sociales y protestas en América Latina. *La Revista: Lecturas, reflexiones y asombros - n° 6* – p.55-82. Quito: Universidade Central del Ecuador, 2020.

RIVERA HERNÁNDEZ, R. D. De la Red a las calles: #YoSoy132 y la búsqueda de un imaginario político alternativo. **Argumentos**, UAM-Xochimilco, México, a. 27, n. 75, mayo-agosto 2014, p. 59-76.

SARMENTO, R; MASSUCHIN, M. G.; MENDONÇA, R. F. Comunicação e Política no Brasil: um panorama recente. *BIB - Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais*, (95), 2021. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/118>. Acesso em: 20 mar.2025.

TARROW, S. **Poder em movimento**: movimentos sociais, ação coletiva e política. Petrópolis: Vozes, 2009.

TRIPODI, F. B. **The propagandists' playbook: How conservative elites manipulate search and threaten democracy**. Yale University Press, 2022.

VASCONCELOS FILHO, J. M. de; COUTINHO, S. **O ativismo digital brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

Social media in political mobilization and social change in Latin America: protests in Chile (2019–2020)

ABSTRACT: Social media plays a central role in political communication and social mobilization in Latin America. This article analyzes how these platforms were used during the protests in Chile (2019-2020) to break the traditional media siege and drive social change. Based on a literature review and a case study, the influence of social media on the organization of protests, the construction of alternative narratives, and the government's response is investigated. The results indicate that, although social media has the potential to foster political participation, it faces challenges such as disinformation and digital repression, in addition to the mismatch between the mobilization fostered by social media and the formal channels of democratic institutions.

KEYWORDS: Political communication; Social media; Social mobilization.

Redes sociales en la movilización política y el cambio social en América Latina: protestas en Chile (2019-2020)

43

RESUMEN: Las redes sociales juegan un papel central en la comunicación política y la movilización social en América Latina. Este artículo analiza cómo estas plataformas fueron utilizadas durante las protestas en Chile (2019-2020) para romper el cerco mediático tradicional e impulsar el cambio social. A partir de una revisión de literatura y un estudio de caso, se investiga la influencia de las redes sociales en la organización de protestas, la construcción de narrativas alternativas y la respuesta gubernamental. Los resultados indican que, si bien las redes tienen el potencial de fomentar la participación política, enfrentan desafíos como la desinformación y la represión digital, además del desajuste entre la movilización fomentada por las redes y los canales formales de la institucionalidad democrática.

PALABRAS CLAVE: Comunicación política; Redes Sociales; Movilización social.